RECUPERE

Instituto de Recuperação Judicial e Falências

Relatório Mensal de Atividades

ART. 22, II, “C” DA LEI N. 11.101 DE 2005

Recuperação Judicial da Indústria de Móveis 3 Irmãos Sociedade Anônima

Processo n.: 5000023-19.2024.8.24.0536

Órgão Julgador: Juízo da Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul

Joinville, 19 de janeiro de 2026.

Sumário

01. **Introdução** pg 05

02. **Cronograma Processual** pg 06

03. **Operação** pg 07
- Atividade empresarial pg 08
- Estrutura Societária pg 09

04. **Funcionários** pg 09
- Evolução do Quadro por Unidade pg 09
- Indicadores Principais da Série pg 10
- Relação Com o Momento Atual da Empresa pg 10
- Leitura Financeira e Administrativa pg 11

05. **Estoques** pg 12
- Visão Econômica pg 13
- Impacto Financeiro e Capital de Giro pg 13
- Questões Logísticas e Operacionais pg 14
- Risco Operacional e de Continuidade pg 14

06. **Produção** pg 15
- Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural) pg 15
- Caçador/SC (mudança de configuração produtiva) pg 16
- Comparação Econômica Entre as Unidades pg 16
- Dimensão Financeira da Produção pg 16
- Estrutura Produtiva e Uso de Ativos pg 17

07. **Faturamento** pg 18
- Nível e Perfil do Faturamento pg 18
- Comportamento Mensal da Receita pg 19
- Dimensão Cambial e Exposição Externa pg 20
- Mercado Externo x Nacional pg 20

08. **Visão Geral dos Ativos** pg 21
- Visão Contábil do Ativo pg 21
- Análise Econômica dos Ativos pg 22
- Análise Financeira do Ativo pg 22

Sumário

09. **Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido** pg 23

Estrutura do Passivo pg 23

Situação do Patrimônio Líquido pg 25

Leitura Econômica Integrada pg 25

10. **Análise Geral do DRE** pg 27

Resultado Acumulado no Ano pg 28

Evolução Mensal do Resultado Líquido em 2025 (até outubro) pg 28

Novembro/2025 no DRE pg 29

Leitura Financeira e Econômica do Ano pg 31

11. **Passivo Tributário** pg 32

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Santa Catarina) pg 32

Situação Operacional e Risco pg 33

Implicações Financeiras pg 34

Recomendação Estratégica pg 34

Detalhamento dos Principais Passivos Tributários pg 35

Quadro Resumo pg 35

Diagnóstico Operacional pg 36

Implicações e Riscos pg 36

12. **Passivo Extraconcursal** pg 37

Estrutura Detalhada dos Passivos Extraconcursais pg 37

Implicações Estratégicas pg 38

Pontos a Considerar pg 39

13. **Débitos Fiscais** pg 40

Situação Cadastral e Certidão pg 40

Débitos de ITR com Exigibilidade Suspensa (RFB) pg 40

Processos Fiscais na Receita Federal (SIEF) pg 41

Parcelamentos em Atraso na Receita Federal (SIEFPAR) pg 41

Parcelamentos com Exigibilidade Suspensa na Receita Federal pg 42

Inscrições em Dívida Ativa da União (PGFN – SIDA) pg 42

Interação entre CPEN, Contencioso, Parcelamentos e PGFN pg 43

Matriz de Risco Fiscal pg 44

ITR 2025 – Exigibilidade Suspensa (baixo risco) pg 44

Processos SIEF – Contencioso (risco jurídico relevante) pg 44

Sumário

13. **Débitos Fiscais** pg 40

Parcelamentos SIEFPAR com Atraso – Risco Alto ..... pg 45

Parcelamentos SIEFPAR Suspensos – Risco Médio (dependente de caixa) ..... pg 45

Inscrições PGFN (SIDA) – Risco Alto de Cobrança ..... pg 45

CPEN – Risco de Perda de Regularidade ..... pg 45

14. **Visita Técnica em Dezembro de 2025** ..... pg 46

15. **Considerações Finais** pg 47

01 Introdução

Em cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c” da Lei 11.101/2005, o presente Relatório Mensal de Atividades (RMA) reúne as informações operacionais, financeiras, econômicas da Recuperanda INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS SOCIEDADE ANÔNIMA relativo relativo ao mês de novembro de 2025.

O presente RMA foi elaborado com base nos documentos fornecidos pela Recuperanda, mediante análise técnica contábil limitada às informações disponibilizadas, além da **recente visita técnica ocorrida dezembro de 2025 nas dependências matriz da empresa,** de modo que no presente relatório estão registradas as principais informações processuais e financeiras da Recuperanda, analisadas pela administradora judicial.

Na oportunidade, a administradora judicial, Recupere – Instituto de Recuperação Judicial e Falências reitera a disponibilidade para prestação de esclarecimentos a qualquer interessado, ratificando atuação transparente, compromissada e ética, direcionada à preservação da empresa, com adequado atendimento aos direitos dos credores.

Informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial por intermédio do e-mail recuperemoveistresirmaos@gmail.com ou no site www.recupereadmjudicial.com.br.

02

Cronograma Processual

Evento 85
27/09/2024
Pedido de conversão da RJ extrajudicial para RJ judicial (art. 51)

Evento 104
08/10/2024
Deferimento da recuperação judicial (art. 52)

Evento 124
04/11/2024
Publicação do edital (§ 1º, art. 52)

Evento 151
22/11/2024
Fim do prazo para habilitações e divergências (§ 1º, art. 7º)

Evento 186
19/12/2024
Plano de recuperação judicial

Evento 219
20/02/2025
Juntada da AJ, do relatório de fase administrativa de créditos e relação de credores (§ 2º, art. 7º)

Evento 221
24/02/2025
Publicação edital (§ 2º, art. 7º)

Evento 236
11/03/2025
Fim do prazo para impugnações (art. 8º)

Evento 260
01/04/2025
Fim do prazo para objeções ao plano (art.55)

Evento 387
22/09/2025
Assembleia Geral de Credores em 18/09/2025 – Votação do PRJ concluída (art. 55)

Evento 424
27/10/2025
Decisão que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial

Evento 436
31/10/2025
Edital n. 310085373196 – Homologação do plano e concessão da recuperação judicial (prazo do edital finalizou em 19/11/2025)

Etapa Atual
Em fase de consolidação do Quadro Geral de Credores (art. 18)

Etapa Atual
Período de fiscalização do plano de recuperação judicial (art. 61)

→ À vista da Decisão Interlocutória do Evento 104 (25/10/2024), que deferiu o processamento da recuperação judicial, e da Decisão Interlocutória do Evento 247 (21/03/2025), que prorrogou o *stay period*, nos termos do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101 de 2005, o prazo de 180 dias encerrou-se em 20/10/2025.

03 Operação

Atividade empresarial

A Recuperanda Indústria de Móveis Três Irmãos, tem por objeto a industrialização e montagem de móveis, iniciou suas atividades em 1971 com uma pequena marcenaria familiar, na cidade de Campo Alegre/SC, que logo com sua expansão passou a produzir móveis de madeira maciça para o mercado nacional e em 1990, voltou suas atividades comerciais para o mercado europeu e norte-americano, consolidando-se como uma empresa dedicada à exportação.

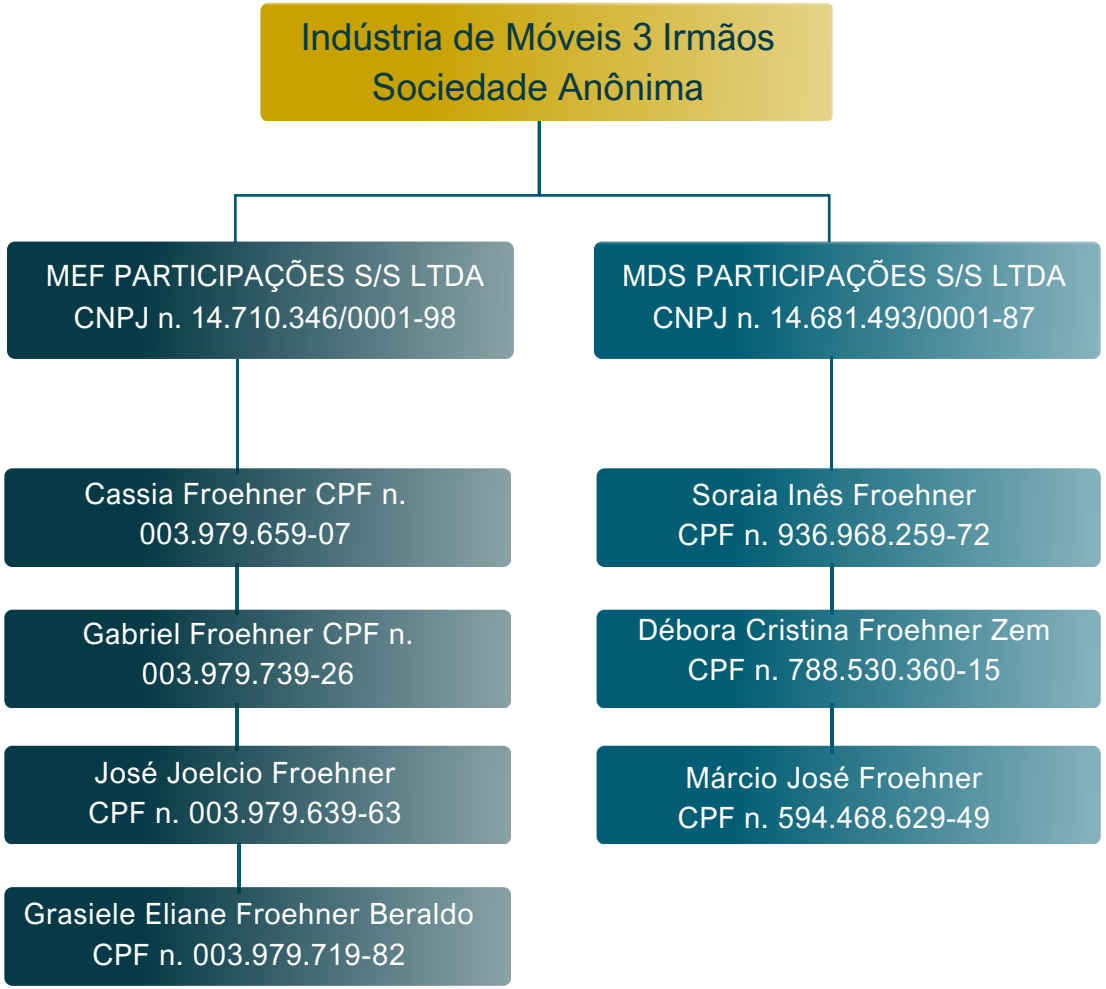
Em 2009 a empresa realizou exportação para a empresa multinacional sueca, IKEA - Ingvar Kamprad Elmtaryd Agunnaryd, líder mundial no setor de móveis, firmando uma sólida parceria que se mantém até o presente momento, no ano de 2024 expandiu suas atividades para o mercado corporativo, dedicando-se à produção e montagem de estabelecimentos comerciais, agências bancárias e salas VIP's em aeroportos e lojas, em todo o território nacional.

No ano de 2017, a empresa optou por retomar seu foco exclusivo na atividade de exportação, vindo a se tornar nesse período, a maior exportadora de móveis do Brasil o que levou, em 2020 à inauguração de mais um parque industrial localizado em São Bento do Sul/SC, com cerca de 16.000 m² de área construída, visando atender ao crescimento do consumo de móveis, todavia, ante a severa redução nas vendas enfrentadas pela Recuperanda, o que acarretou na crise financeira de modo que as atividades na filial de São Bento do Sul/SC foram encerradas em 2023.

A Recuperanda segue concentrada em 90% de suas atividades na unidade em Campo Alegre/SC (Matriz), onde se realiza a industrialização de boa parte de seus produtos, incluindo a fabricação de móveis, montagem, embalagens, além de todos os procedimentos administrativos e negociais para despacho, exportação e comercialização dos produtos. A unidade de Caçador/SC, que está parcialmente ativa, é responsável apenas pela fabricação de painéis.

Estrutura societária

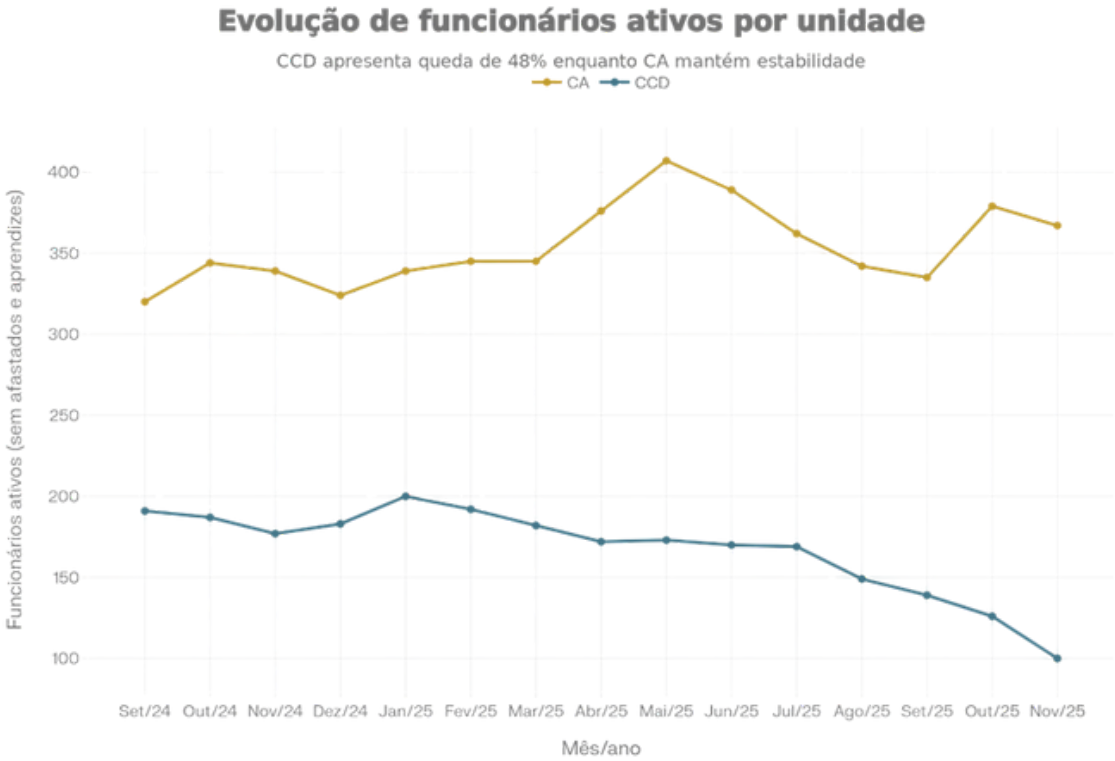
A Recuperanda possui inscrição no CNPJ n. 82.767.641/0001-30, com a sede na cidade de Campo Alegre/SC e uma filial em Caçador/SC, de modo que na sua estrutura societária é composta por duas sociedades empresárias, MDS PARTICIPAÇÕES S/S LTDA. e MEF PARTICIPAÇÕES S/S LTDA., consoante contrato social anexo no evento 01 - CONTRSOCIAL4 nos autos da recuperação judicial, com os respectivos representantes:



04 Funcionários

A empresa saiu de cerca de 511 funcionários “ativos de fato” (sem afastados e aprendizes) em setembro para 580 em junho (pico), recuando para 467 em novembro de 2025, o que confirma um ciclo recente de forte expansão seguido de ajuste relevante do quadro. Esse movimento é coerente com o momento de reestruturação produtiva e foco em eficiência observado nos demais relatórios (estoques, dois sites fabris, exportação e manutenção pesada).

Evolução do Quadro de Funcionários (Janeiro – Junho de 2025)



Em **Campo Alegre/SC (CA)**, o total de funcionários passou de **357** para um pico de **450 em junho de 2025**, recuando para **408 em novembro de 2025**. Descontando afastados e aprendizes, Campo Alegre/SC evoluiu de **320 (setembro/2025) para 407 (junho/2025),** caindo **para 367 (novembro/2025)**, evidenciando:

- Fase de crescimento acelerado da operação (set–junho) para suportar aumento de produção/produtos prontos.
- Ajuste moderado a partir de julho de 2025, reduzindo cerca de 10% do efetivo ativo até novembro.

Funcionários

Indicadores Principais da Série

Total das duas unidades, sem afastados e aprendizes:

- Setembro: **511**;
- Pico em junho: **580**;
- Novembro: **467** (queda de 19,5% em relação ao pico e de aproximadamente **8,6%** em relação a setembro).

Os afastados permanecem relativamente estáveis (faixa de **26 a 34 por mês por unidade**, somando cerca de 60 no grupo), o que demonstra que a variação central decorre principalmente de **contratações e desligamentos**, e não de absenteísmo extremo.

Os aprendizes oscilam pouco em Campo Alegre/SC (8–16) e caem em Caçador/SC (10 → 8), sem grande impacto no total, mas indicando leve redução do pipeline de formação na planta de Caçador.

Relação Com o Momento Atual da Empresa

A combinação de:

- Estoque muito elevado em Campo Alegre/SC (especialmente produto pronto e em elaboração);
- Forte base de manutenção, insumos e peças críticas em ambas as unidades;
- Queda acentuada do quadro em Caçador/SC e ajuste mais suave em Campo Alegre/SC indica uma estratégia de **concentrar produção e valor agregado em Campo Alegre e "enxugar" Caçador para funções mais específicas** (insumos, etapas iniciais ou atividades de menor intensidade).

O pico de efetivo em junho de 2025, seguido por redução até novembro do mesmo ano, dialoga com o acúmulo de estoques: a empresa provavelmente dimensionou o quadro para uma curva de demanda/exportação mais agressiva, formou estoques (inclusive em trânsito) e, diante de ajuste de pedidos ou necessidade de liberar capital, iniciou racionalização de pessoal.

Leitura Financeira e Administrativa

Do ponto de vista econômico, houve um aumento temporário da massa salarial (até junho) para sustentar o crescimento da produção. O recuo posterior do efetivo, mantendo estoques elevados, indica que o ganho de produtividade passa a ser prioridade — produzir mais com menos pessoas, girando o estoque acumulado.

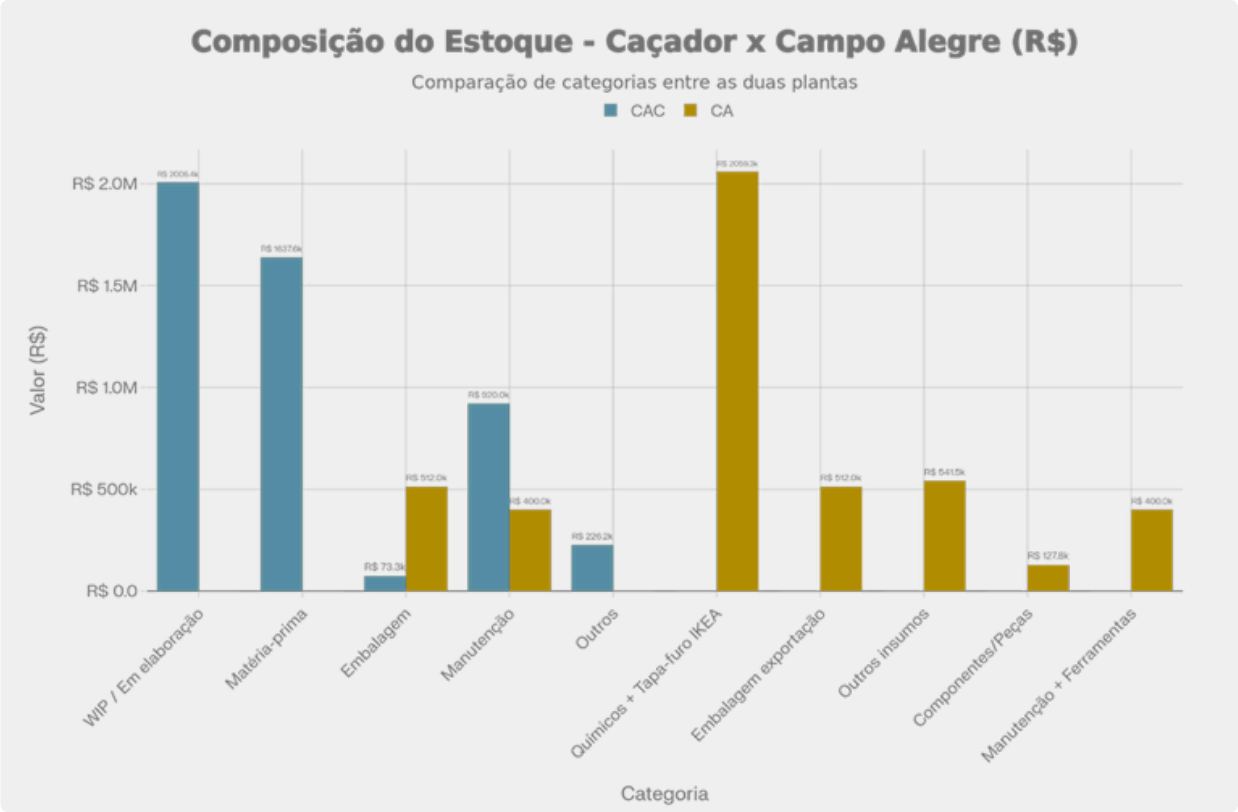
Sob a ótica estratégica, a trajetória aponta para:

- **Campo Alegre/SC:** polo central industrial e logístico (maior quadro, menor corte relativo, estoque de maior valor);
- **Caçador/SC:** papel reduzido ou reconfigurado (grande queda de quadro), alinhado à racionalização de plantas, redução de custo fixo e concentração de especializações.

05 Estoques

O estoque da Recuperanda, em 30/11/2025, é elevado em valor, bastante concentrado em madeira (matéria-prima e peças em elaboração) e materiais vinculados à exportação (IKEA), com baixo volume de produto pronto. Esse perfil pressiona o capital de giro e aumenta o risco logístico e de obsolescência.

Visão Econômica



Em Caçador/SC, o estoque está concentrado em WIP (grupo 200), matéria-prima (300) e manutenção (990), girando em torno de R$ 5,05 milhões. Isso indica processo produtivo longo, com bastante valor em transformação e um "seguro operacional" relevante em sobressalentes de máquinas.

Na matriz de **Campo Alegre/SC**, a massa econômica está concentrada em insumos IKEA e embalagens de exportação. O bloco de químicos, tingidores e tapas-furo IKEA (001.014, 001.020, 001.023) e embalagens (001.007, 001.021) soma dezenas de milhões de reais, tornando o estoque altamente sensível a mudanças de especificação ou de demanda do cliente.

Economicamente, o risco de obsolescência e perda por descontinuidade de produto é maior em Campo Alegre/SC (insumos customizados, importados e codificados por cliente) do que em Caçador/SC (madeira, lixas e peças de manutenção mais genéricas).

Impacto Financeiro e Capital de Giro

O estoque total combinado consome parcela relevante do capital de giro, com Campo Alegre/SC respondendo pela maior parte do valor imobilizado, principalmente em:

- Químicos e insumos IKEA (001.014, 001.020, 001.023);
- Embalagens específicas para exportação (001.021, 001.007).

Para a gestão financeira, isso implica:

- Maior custo de oportunidade do capital (dinheiro parado em estoque caro e específico em CA);
- Necessidade de alinhar políticas de estoque com contratos e previsões IKEA, reduzindo dias de estoque desses itens críticos.

Em Caçador, há espaço para ganho financeiro com redução de:

- WIP "Trabalho em Andamento" (encurtamento do tempo de espera produtivo);
- Nível de madeira e painéis (300), via revisão de lotes econômicos e programação de compras.

Questões Logísticas e Operacionais

A estrutura de Campo Alegre é fortemente apoiada em embalagem e logística de exportação (grupos 001.007 e 001.021), indicando cadeia logística voltada a alto volume e alta customização por projeto ou cliente.

Itens de embalagem IKEA apresentam alto risco logístico: mudanças de mix de códigos ou layouts podem tornar grandes lotes inutilizáveis. É crítico integrar engenharia de produto, PCP e compras, para que revisões de projetos estejam casadas com planos de consumo dos estoques existentes.

Em Caçador, a logística é mais voltada ao fluxo interno de produção (madeira, WIP e manutenção), com menor complexidade de exportação e foco em disponibilidade contínua de insumos básicos.

Risco Operacional e de Continuidade

Em Campo Alegre, o risco principal é a formação de “ilhas” de estoque caro (químicos, tapas-furo, embalagens marcadas) que não migram entre projetos ou clientes. O risco operacional é mitigado por alto nível de estoque, mas o risco econômico aumenta.

Em Caçador, o risco é clássico: ruptura de madeira, WIP ou sobressalentes críticos. Aqui, o estoque funciona como proteção contra parada de linha, mas pode ser otimizado via classificação ABC e revisão de níveis máximo/mínimo.

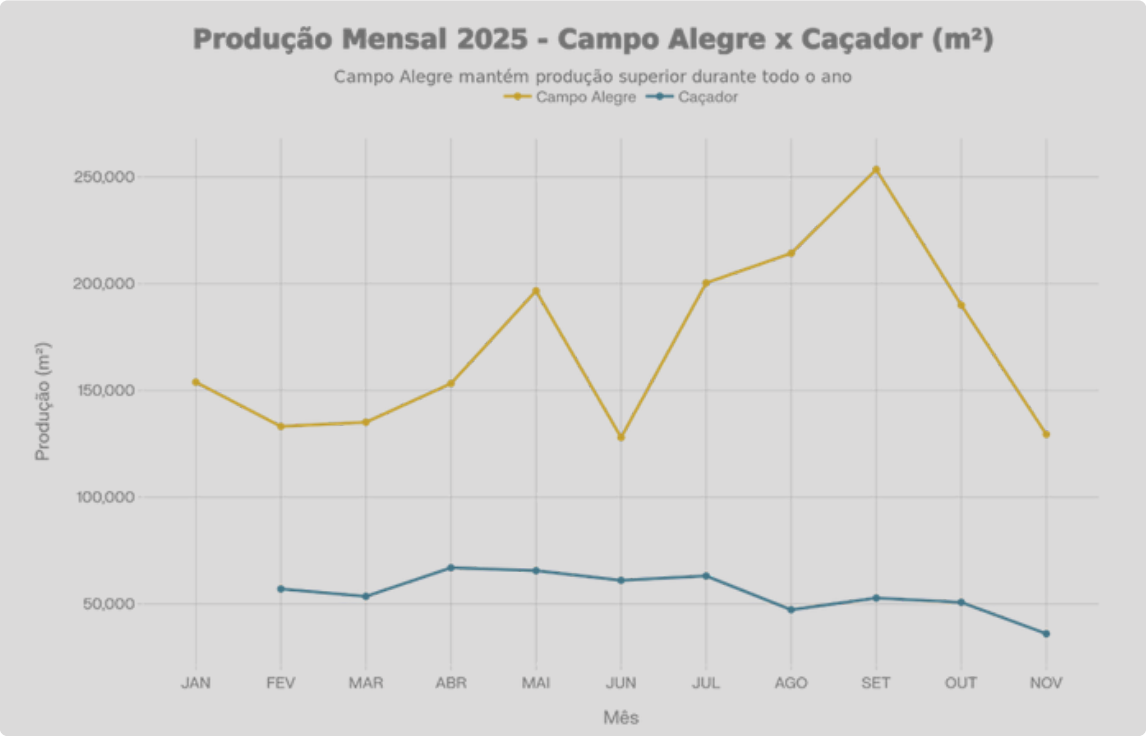
- Em ambas as plantas, os grupos de manutenção (050, 990) indicam parque de máquinas intensivo, exigindo:
- Catalogação por criticidade;
- Análise de itens duplicados;

Eventual compartilhamento de sobressalentes entre unidades.

06 Produção

A produção mensal evidencia escala muito superior em Campo Alegre e uma reconfiguração estrutural importante em Caçador, com impacto direto no custo por m² e no aproveitamento dos ativos.

Campo Alegre/SC (perfil econômico e estrutural)



- A unidade de **Campo Alegre** opera com várias linhas UV (81, 811, Flex, Homanit) e **apresenta patamar de produção elevado, variando em 2025 de cerca de 127.980 m² (junho) a 253.477 m² (setembro).**
- Em 2024 os volumes já eram altos (151.225–192.895 m²), e em 2025 há consolidação de um piso em torno de 130–150 mil m², com meses de forte expansão (maio, julho, agosto, setembro acima de 190 mil m²).

Estruturalmente, **Campo Alegre se configura como planta-matriz**, concentrando calibração e acabamento UV; isso explica o grande estoque de insumos específicos (químicos IKEA, tapas-furo, embalagens de exportação) encontrado no inventário.

Caçador/SC (mudança de configuração produtiva)

- Em 2024, Caçador produzia com calibração própria, em faixa de 108.737–153.521 m²/mês, próxima à escala de Campo Alegre (embora um pouco menor).
- Em 2025, a calibração é transferida para Campo Alegre, e Caçador passa a operar a prensa como etapa destacada: de fevereiro a novembro, a produção da prensa varia de 36.046 m² (novembro) a 66.951 m² (abril).

Essa transição diminui o volume total processado por Caçador e a complexidade de operações, reposicionando a unidade como planta de processo intermediário (prensagem) em vez de linha completa com calibração integrada.

Comparação Econômica Entre as Unidades

- Em termos de escala econômica, Campo Alegre opera de forma consistente em um patamar cerca de 2 a 3 vezes maior que Caçador pós-transferência (comparando ~150–200 mil m²/mês em Campo Alegre com ~50–65 mil m²/mês na prensa de Caçador).
- Essa diferença de escala permite a Campo Alegre diluir custos fixos industriais em volume muito maior, ao passo que Caçador, com menor taxa de transferência, tende a ter custo fixo por m² mais alto, a menos que a estrutura de custos também tenha sido reduzida.
- A centralização da calibração em Campo Alegre cria um eixo econômico principal na matriz, enquanto Caçador passa a depender mais do fluxo Inter unidades (entrada de chapas/peças e saída de prensados) para gerar resultado agregado competitivo.

Dimensão Financeira da Produção

- O aumento de produção em Campo Alegre ao longo de 2025 (pico em setembro) está coerente com o nível de estoques de insumos e embalagens específicos, indicando uso intensivo de capital de giro concentrado na matriz.
- Em Caçador, a queda de volume de 2024 (calibração) para 2025 (prensa) implica menor geração de margem de contribuição total, ainda que a atividade de prensagem permaneça relevante; o peso financeiro da unidade passa a ser bem menor no consolidado do grupo.

Estrutura Produtiva e Uso de Ativos

- O arranjo final é de planta central de alto valor agregado (Campo Alegre, com linhas UV e calibração) e planta de suporte de processo (Caçador, com prensa), com fluxos de materiais que tendem a ser coordenados a partir da matriz.
- A curva mensal mostra:

1. Campo Alegre absorvendo a calibração e operando com volumes crescentes e relativamente estáveis em 2025.
2. Caçador estabilizando a produção da prensa em torno de um patamar médio na casa de 50–60 mil m², com leve tendência de queda no fim do ano.

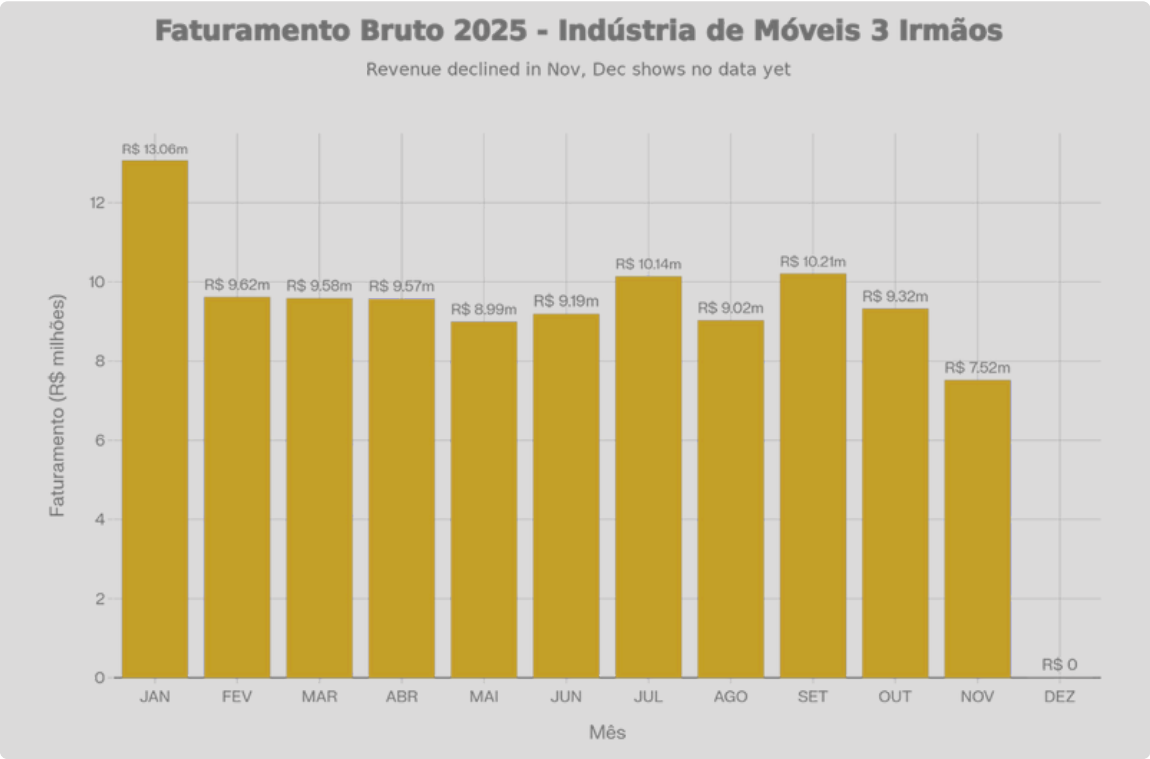
07 Faturamento

O faturamento bruto de 2025 mostra uma empresa fortemente orientada ao mercado externo, com volume anual superior a R$ 100 milhões e baixa participação do mercado nacional na receita consolidada.

Nível e Perfil do Faturamento

- O **faturamento bruto consolidado de 2025** soma **R$ 106.213.784,79**, sendo **R$ 102.758.832,29** de mercado externo e **R$ 3.454.952,50** de mercado nacional.
- Isso significa que **96,75%** da receita é externa e apenas **3,25%** vêm do mercado doméstico, refletindo altíssima dependência de exportações.

Comportamento Mensal da Receita



- O faturamento total mensal oscila em faixa relativamente estreita entre **R$ 8,99 milhões (maio)** e **R$ 13,06 milhões (janeiro)**, com valores intermediários como **R$ 10,21 milhões (setembro) e R$ 10,14 milhões (julho)**.
- Há tendência de **arrefecimento no último trimestre, com R$ 9,32 milhões (outubro)** e queda para **R$ 7,52 milhões (novembro)**, sugerindo desaceleração de embarques ou fechamento de pedidos ao final do ano.

Dimensão Cambial e Exposição Externa

O relatório destaca o faturamento externo em reais e em dólares, com total anual de USD 18.328.674,40, o que indica ticket médio mensal próximo de USD 1,5 milhão em exportações. A conversão desses valores em R$ (102,76 milhões) implica relevante exposição ao câmbio, tanto em termos de receita quanto de formação de preço frente a custos em reais (mão de obra, energia, despesas fixas).

Mercado Externo x Nacional

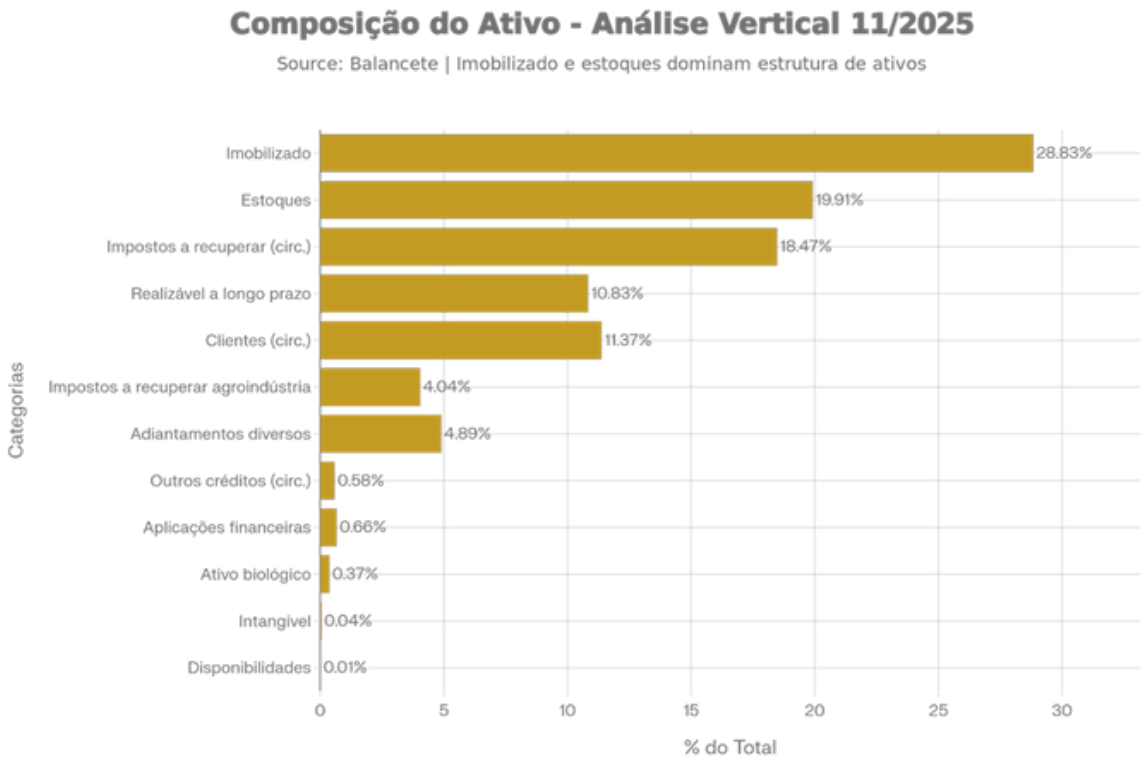
- O mercado nacional contribui com apenas R$ 3,45 milhões no ano, pouco mais de R$ 280 mil/mês em média, frente a cerca de R$ 8,5–9 milhões/mês do mercado externo.

Na prática, o desempenho financeiro da empresa depende diretamente do volume e da política de preços de exportação, coerente com o perfil de produção voltado a clientes internacionais e com o padrão de estoques específicos (IKEA, exportação) visto nos inventários.

08 Visão Geral dos Ativos

Os ativos da empresa somam cerca de **R$ 99,45 milhões em novembro de 2025**, com **predominância de ativo circulante (estoques e créditos fiscais) e um imobilizado robusto**, típico de indústria de alto investimento em máquinas.

Visão Contábil do Ativo



Visão Geral dos Ativos

- Ativo total: R$ 99.449.172,05, sendo 59,93% circulante (R$ 59,6 mi) e 40,07% não circulante (R$ 39,8 mi).

- **No circulante, os maiores grupos são:**

Estoques: R$ 19.798.059,86 (19,91% do ativo).
Impostos a recuperar: R$ 18.363.581,85 (18,47%).
Clientes: R$ 11.312.276,13 (11,37%).

- **No não circulante:**

Realizável a longo prazo: R$ 10.768.271,79 (10,83%).
Imobilizado: R$ 28.674.170,03 (28,83%).
Intangível: R$ 41.984,26 (0,04%).
Ativo biológico: R$ 363.265,74 (0,37%).

Análise Econômica dos Ativos

- A estrutura de ativos mostra forte capitalização industrial: quase 29% em imobilizado, alinhado com parque de máquinas, linhas UV, prensas e instalações vistas nas análises produtivas.
- O peso de estoques (≈ 20%) é coerente com operação exportadora intensiva, com grande variedade de matérias-primas, insumos específicos (IKEA, químicos, embalagens) e produtos em elaboração, já mapeados nos inventários.
- O volume elevado de impostos a recuperar (≈ 18,5% do ativo) indica forte geração de créditos (ICMS, PIS/Cofins, possivelmente IPI), típico de exportadora com acúmulo de créditos fiscais não completamente compensados no curto prazo.

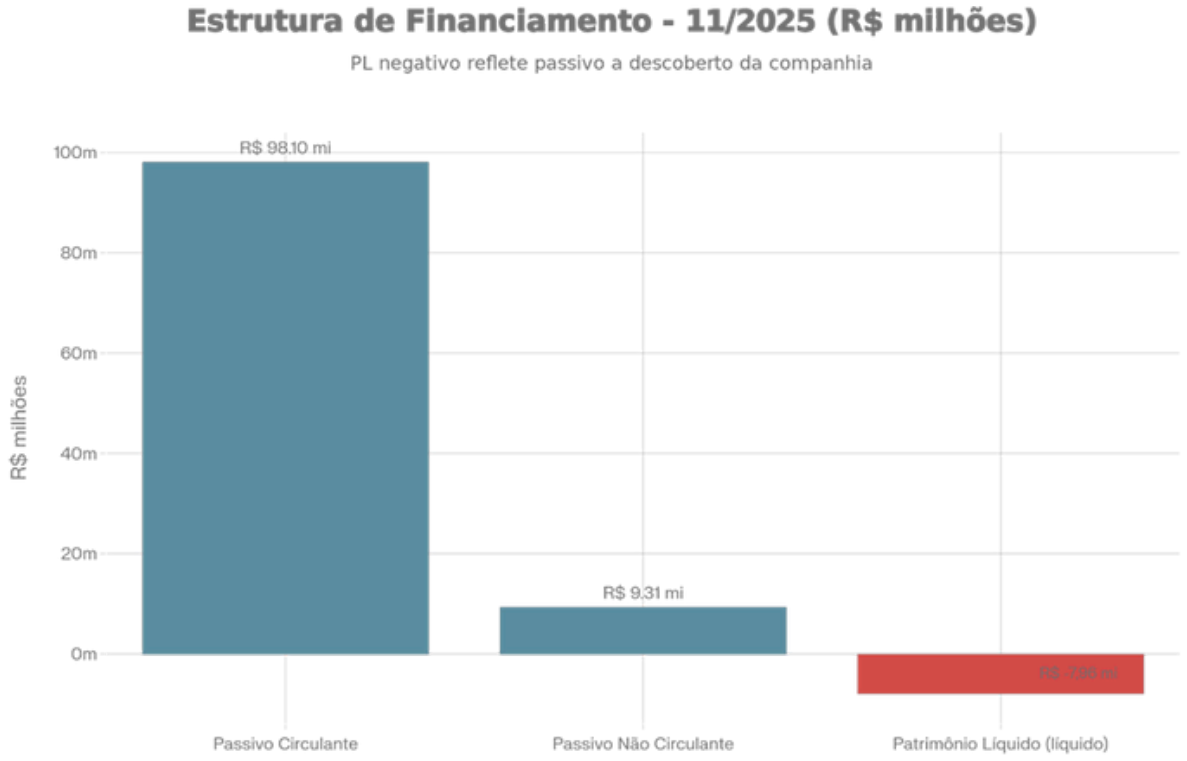
Análise Financeira do Ativo

- A combinação de **clientes de curto prazo (11,37%)** com estoques (19,91%) e disponibilidades/aplicações (≈ 0,67%) define a posição de capital de giro: a empresa tem boa parte do ativo em itens que se convertem em caixa, mas com peso muito grande em estoques e créditos fiscais, menos líquidos.
- **O realizável a longo prazo (10,83%)** traz itens como impostos a recuperar de longo prazo (R$ 911.387,77), investimentos financeiros, outros créditos, tributos diferidos e mútuos a receber, sinalizando parte do capital aplicada em ativos financeiros e fiscais de maturação mais longa.
- ·Do ponto de vista de risco, a empresa carrega parcela significativa do ativo em créditos dependentes do fisco (impostos a recuperar e tributos diferidos) e da cadeia de clientes (contas a receber), além de estoques, o que reforça a importância da liquidez operacional e da gestão de capital de giro.

09 Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

O passivo e o patrimônio líquido mostram uma empresa **fortemente alavancada**, com quase todo o financiamento vindo de terceiros, e **um patrimônio líquido em posição devedora**, ou seja, negativo na ótica contábil, apesar de existirem capital social e reservas de lucros registrados.

Estrutura do Passivo



Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Passivo total (sem PL): composto por passivo circulante e não circulante, fechando o mesmo montante do ativo + PL na soma contábil.

Passivo circulante (curto prazo): R$ 98.096.015,81 (98,64% do total do passivo + PL). Principais grupos:

- Empréstimos e financiamentos de curto prazo: R$ 53.190.691,66 (53,49%);
- Fornecedores: R$ 29.955.028,21 (30,12%);
- Duplicatas descontadas: R$ 4.534.595,11 (4,56%);
- Obrigações sociais e trabalhistas: R$ 1.414.900,02 (1,42%);
- Obrigações tributárias: R$ 1.369.606,73 (1,38%);
- Mútuo: R$ 1.544.176,67 (1,55%);
- Impostos parcelados: R$ 1.138.875,82 (1,15%)
- Adiantamento de clientes: R$ 870.098,28 (0,87%);
- Provisões: R$ 3.865.078,41 (9,36% no quadro analítico, ainda dentro do CP).

Passivo não circulante (exigível a LP): R$ 9.309.273,12 (9,36%). Principais grupos:

- Empréstimos e financiamentos de longo prazo: R$ 5.563.549,60 (5,59%);
- Mútuo: R$ 936.547,97 (0,94%);
- Impostos parcelados: R$ 2.176.570,26 (2,19%);
- Impostos diferidos: R$ 244.529,40 (0,25%);
- Provisões: R$ 388.075,89 (0,39%).

Do ponto de vista financeiro, a empresa depende intensamente:

- de dívida bancária e financiamentos (curto + longo prazo somam algo em torno de 59% do total);
- de crédito de fornecedores (30%);
- e de instrumentos de antecipação de recebíveis (duplicatas descontadas ~4,6%) e parcelamentos fiscais.

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

Situação do Patrimônio Líquido

Na análise sintética do balancete, **o patrimônio líquido total aparece com saldo devedor de R$ 7.956.116,88**, representando **8,00%** em termos absolutos na análise vertical.

Ao mesmo tempo, o detalhamento do PL mostra contas típicas de capital próprio:

→ Capital social: R$ 6.000.000,00 (6,03%);

→ Ajustes de avaliação patrimonial: R$ 474.674,69 (0,48%);

→ Reserva de lucros: R$ 12.700.513,46 (12,77%);

→ Resultado do período: R$ 1.370.727,65 (1,38%);

→ Ajustes de exercícios anteriores: R$ 359.550,46 (0,36%).

Contabilmente, o fato de o grupo PL estar com saldo devedor significa que, ao consolidar todas essas contas (incluindo resultados acumulados/ajustes), o patrimônio líquido é negativo:

- os efeitos de resultados acumulados, ajustes e estrutura de contas fazem com que a soma final seja devedora, ainda que existam capital social e reservas registrados;
- economicamente, isso indica que os ativos líquidos não são suficientes para cobrir o total das obrigações, e que parte do financiamento da empresa, na prática, está sendo suportada por prejuízos acumulados e/ou ajustes negativos ao longo do tempo.

Leitura Econômica Integrada

- **Alavancagem elevada:**

→ O ativo de aproximadamente R$ 99,45 milhões é financiado quase integralmente por **passivos onerosos e operacionais**, uma vez que o PL está negativo;

→ Empréstimos e financiamentos (CP + LP) e fornecedores, sozinhos, explicam mais de 80% do financiamento.

Visão Geral dos Passivos e Patrimônio Líquido

- **Risco financeiro aumentado:**

→ O fato de quase todo o passivo ser de **curto prazo** (quase 99% do exigível) aumenta a pressão sobre o caixa para rolagem de dívidas e pagamento de fornecedores, especialmente em cenário de juros altos e volatilidade de câmbio;

→ Um patrimônio líquido negativo reduz o "colchão" de capital próprio para absorver perdas, tornando a empresa mais sensível a choques de mercado (queda de vendas, variação cambial, aumento de custo financeiro).

- **Coerência com o perfil operacional:**

→ A estrutura de ativo mostra forte imobilização em máquinas e estoques, enquanto a estrutura de passivo revela que essa base produtiva foi montada, majoritariamente, com recursos de terceiros.

→ O resultado é uma empresa que **gera faturamento elevado** e tem parque industrial robusto, mas cuja posição patrimonial, na data de 11/2025, apresenta **PL negativo** e alta dependência de dívidas e crédito operacional para se financiar.

Em síntese, a análise contábil, financeira e econômica do passivo e do patrimônio líquido mostra uma companhia industrial com forte dependência de capital de terceiros, passivo concentrado no curto prazo e patrimônio líquido em posição devedora, o que reforça um quadro de alta alavancagem e maior risco financeiro estrutural na data-base de novembro de 2025.

10 Análise Geral do DRE

O DRE mostra que 2025 é um ano de prejuízo acumulado, tanto até outubro (RMA) quanto até novembro (balancete), com leve melhora no fim do ano, mas sem sair do vermelho.

Resultado Acumulado no Ano

Pelo RMA até outubro, o resultado líquido acumulado é de -R$ 8.978.444,99, e o DRE do balancete de 11/2025 registra resultado líquido acumulado de -R$ 1.370.727,65, ambos com natureza devedora.

Isso significa:

→ Até **outubro**, a empresa já tinha cerca de **R$ 9 milhões de prejuízo** no ano;

→ Em **novembro**, há melhora (o prejuízo acumulado diminui de -R$ 8,98 milhões para -R$ 1,37 milhões), mas **o ano segue com resultado negativo**, não há lucro acumulado.

Evolução Mensal do Resultado Líquido em 2025 (até outubro)

2025	Resultado Líquido (R$)	Acumulado (R$)
Janeiro	R$1.979.604,36	R$1.979.604,36
Fevereiro	-R$30.131,06	R$1.949.473,30
Março	-R$2.103.621,78	-R$154.148,48
Abril	-R$1.930.979,37	-R$2.085.127,85
Maio	-R$1.689.373,92	-R$3.774.501,77
Junho	-R$1.448.606,76	-R$5.223.108,53
Julho	-R$2.078.531,73	-R$7.301.640,26
Agosto	-R$878.277,12	-R$8.179.917,38
Setembro	-R$413.223,93	-R$8.593.141,31
Outubro	-R$385.303,68	-R$8.978.444,99

Leitura do movimento:

- **Janeiro de 2025** é o único mês com lucro relevante (aprox. R$ 2,0 mi); em fevereiro o resultado ainda sustenta acumulado positivo.
- A partir de **março**, os prejuízos mensais são fortes e o acumulado se torna negativo, aprofundando-se até julho, quando o déficit passa de **-R$ 7,3 mi**.

Entre **agosto e outubro**, os prejuízos mensais diminuem (de -R$ 0,88 milhões para -R$ 0,39 milhões), indicando melhora relativa, mas sem retorno ao lucro mensal; o acumulado segue caindo até quase -R$ 9 mi.

Novembro/2025 no DRE

No balancete de novembro, o quadro do DRE traz para 11/2025 (mês):

- Receita bruta: R$ 7.517.290,77;
- Deduções: R$ 68.317,35;
- Receita operacional líquida (ROL): R$ 7.448.973,42;

Custos e despesas do mês:

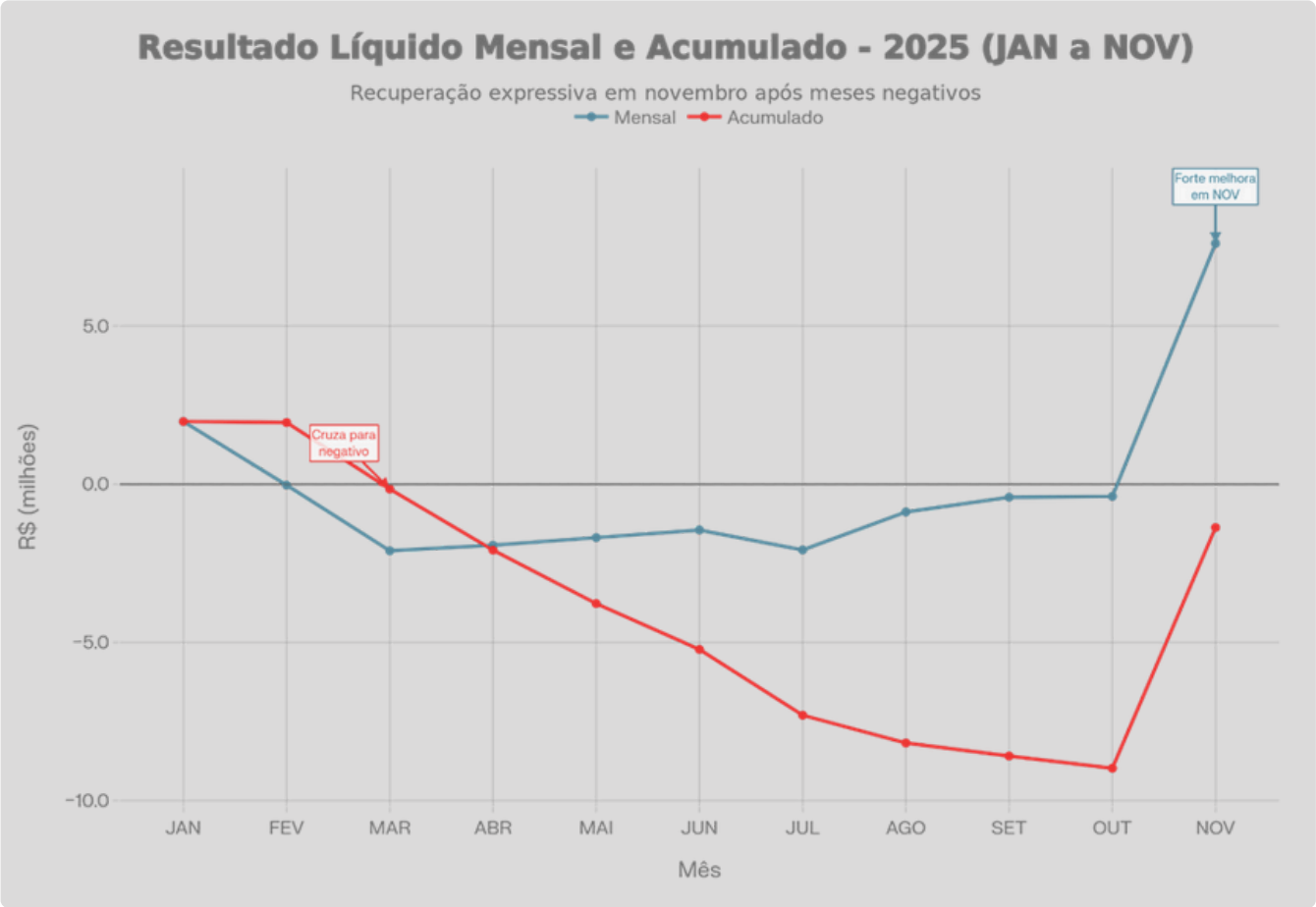
- Custo variável (matéria-prima): R$ 3.906.867,35;
- Custo produtivo e apoio: R$ 3.996.939,50;
- Depreciação fábrica: R$ 188.155,98;
- Despesas comerciais: R$ 189.649,24;
- Despesas administrativas: R$ 736.279,33;
- Depreciação adm/comercial: R$ 2.413,62;

Resultado operacional e financeiro de novembro:

- EBIT: R$ 1.571.331,60;
- EBITDA: R$ 1.380.762,00;
- Despesas financeiras: R$ 394.241,51;
- Receitas financeiras: R$ 332.909,94;
- Variação cambial: R$ 36.475,47;
- Resultado financeiro líquido: R$ 24.856,10;
- Outras despesas/receitas: R$ 9.200.941,97;
- Resultado antes dos impostos: R$ 7.604.754,27;
- IR/CS: R$ 2.963,07;

Resultado líquido do mês: R$ 7.607.717,34;

Contabilmente, esse resultado mensal positivo reduz parte do prejuízo acumulado do ano (de cerca de -R$ 9 milhões para algo próximo de -R$ 1,37 milhões já refletido no DRE consolidado até 11/2025), mas não é suficiente para zerar ou tornar positivo o resultado acumulado do exercício.



Leitura Financeira e Econômica do Ano

No agregado do ano, a empresa **não gerou lucro**, acumulando prejuízo líquido em 2025, mesmo com faturamento alto, principalmente externo. Os custos industriais (matéria-prima + custos fabris + depreciação) consomem a maior parte da receita líquida, deixando pouco espaço para resultado operacional positivo.

As despesas administrativas e comerciais mais o **custo financeiro** (juros sobre passivos elevados) completam o quadro, de forma que a maior parte dos meses destrói margem, e apenas novembro mostra resultado expressivamente melhor.

- **Em termos de evolução, o ano é caracterizado por:**

  → início com lucro em janeiro;

  → sequência de prejuízos fortes até julho;

  → prejuízos menores de agosto a outubro;

  → um **mês de forte recuperação em novembro**, que melhora o acumulado, mas deixa o exercício ainda com saldo negativo no consolidado.

11 Passivo Tributário

A análise detalhada dos passivos tributários indica uma estrutura marcada por diversos parcelamentos de ICMS notificado, todos vinculados ao regime de Recuperação Judicial e distribuídos ao longo de prazos dilatados, com valores expressivos compostos por principal, multas e juros.

Resumo dos Parcelamentos ICMS (Santa Catarina)

- **Parcelamento 251100182396:**
  - → Valor total parcelado: R$ 3.439.466,65;
  - → Composição: Imposto: R$ 1.309.481,66 · Multa: R$ 1.266.298,00 · Juros: R$ 863.686,99;
  - → Parcelas: 84 mensais;
  - → Vencimentos: Abril/2025 até Março/2032;
  - → Situação: Quitação até dezembro de 2025, todas parcelas vencidas e próximas já provisionadas; valores das futuras parcelas com
- **Parcelamento 251100343110:**
  - → Valor total parcelado: R$ 599.734,44;
  - → Composição: Imposto: R$ 253.057,95 · Multa: R$ 189.793,36 · Juros: R$ 156.883,13;
  - → Parcelas: 84 mensais;
  - → Vencimento: Agosto/2025 a Julho/2032;
  - → Situação: Quitação até dezembro de 2025; saldo das futuras parcelas tem proporção significativa de encargos financeiros, totalizando em média R$ 7.139,69 parcela/mês (42% do valor corresponde a multas e juros).

- **Parcelamento 241100396429:**
  - → Valor total parcelado: R$ 641.198,59;
  - → Composição: Imposto: R$ 304.845,08 · Multa: R$ 228.633,80 · Juros: R$ 107.719,71;
  - → Parcelas: 60 mensais;
  - → Vencimento: Julho/2024 a Junho/2029;
  - → Situação: Quitação até novembro de 2025 **(parcela de 31/12/2025 atrasada)**; após setembro todos os valores mensais apresentados com vencimentos estáveis e acréscimos proporcionais de multa/juros, sempre totalizando cerca de R$ 11.825,62 por parcela em atraso.
- **Parcelamento 251100182400:**
  - → Valor total parcelado: R$ 104.854,42;
  - → Composição: Somente Multa: R$ 91.704,06 · Juros: R$ 13.150,36;
  - → Parcelas: 84 mensais;
  - → Situação: Quitação até dezembro de 2025; Parcela padrão de R$ 1.248,27 a vencer, composta inteiramente por encargos (multa/juros); esse caso foi originado por notificação sem principal de imposto, destacando autuações isoladas do fisco.

Situação Operacional e Risco

- A soma dos passivos tributários parcelados, referentes apenas ao ICMS, supera R$ 4,8 milhões, dos quais mais de R$ 2,1 milhões correspondem a encargos (multa/juros).
- Todos os parcelamentos estão em situação ativa, com o acordo firmado com o Estado de Santa Catarina quitado até outubro de 2025, o que preserva o Certificado de Regularidade Fiscal nos próximos meses — porém, o compromisso de liquidação até 2032 compromete o caixa e a capacidade de investimento da empresa.
- O custo futuro do passivo tributário poderá aumentar em caso de reajustes nos juros/multas, novas autuações ou atrasos nas parcelas futuras.

Implicações Financeiras

- O pagamento mensal dos parcelamentos, que pode ultrapassar R$ 70 mil considerando todos os acordos, compromete fluxo operacional e limita a capacidade de recomposição de capital de giro.
- Multas e juros acumulados evidenciam práticas fiscais problemáticas no passado, obrigando revisão de processos internos para evitar novas notificações e autuações.

Recomendação Estratégica

- É fundamental manter disciplina absoluta no pagamento das parcelas, buscar abatimento de encargos via negociação judicial/fiscal, e adotar controles internos rigorosos para reduzir risco de autuações futuras.
- A gestão tributária proativa e preventiva permitirá que, ao fim dos parcelamentos, a empresa recupere margem financeira e reputação fiscal junto ao mercado e órgãos públicos.
- O passivo tributário detalhado, portanto, consiste em comprometimento de receita futura via parcelamentos longos, alto custo de encargos, risco fiscal permanente e dependência de gestão ativa para evitar agravamento do quadro financeiro global.

A empresa possui passivos tributários de alto risco e impacto operacional, distribuídos majoritariamente entre parcelamentos de ICMS em regime de recuperação judicial, que se prolongam até 2032. Os anexos mostram vários acordos ativos, cada qual detalhado em valor principal, multa e juros, com parcelas mensais rigorosas e cobrança de encargos que chegam a representar mais de 40% dos montantes mensais em alguns casos.

Detalhamento dos Principais Passivos Tributários

- **Parcelamento ICMS 251100182396:** Valor total parcelado R$ 3.439.466,65. Do total, R$ 1.309.481,66 de imposto principal, R$ 1.266.298,00 de multas e R$ 863.686,99 de juros. Parcelamento em 84 vezes (abr/2025 a mar/2032), com parcela mensal em torno de R$ 40.946, sempre atualizada com nova fração de juros. **Todas as parcelas em 2025 foram quitadas, próximas já calculadas com acréscimos.**
- **Parcelamento ICMS 251100343110:** Valor total parcelado R$ 599.734,44, sendo cerca de R$ 253.057,95 de imposto, R$ 189.793,36 de multa e R$ 156.883,13 de juros. Cobrança mensal de R$ 7.139, proporcional a 42% do valor em encargos. Situação ativa, sem parcelas em atraso.
- **Parcelamento ICMS 241100396429:** Valor total parcelado R$ 641.198,59, com R$ 304.845,08 de imposto, R$ 228.633,80 de multa e R$ 107.719,71 de juros. Parcelamento em 60 vezes. A obrigação encontrava-se adimplida até o mês de novembro de 2025, registrando-se, contudo, **atraso no pagamento da parcela com vencimento em 31 de dezembro de 2025, a qual permaneceu pendente de quitação na data apurada.**
- **Parcelamento ICMS 251100182400:** Valor total parcelado R$ 104.854,42, sendo apenas R$ 91.704,06 de multa e R$ 13.150,36 de juros, originado por notificação sem imposto principal. **Todas as parcelas em 2025 foram quitadas, próximas já calculadas com acréscimos.**

Quadro Resumo

Parcelamento	Valor Total	Composição (Principal/Multa/Juros)	Parcelas	Prazo	Situação Operacional
251100182396 (ICMS/Rec. Judicial)	R$3.439.466,65	R$ 1.309.481,66 / R$ 1.266.298,00 / R$ 863.686,99	84 mensais	2025–2032	Parcelas de 2025 quitadas. Futuras incidindo acréscimos. Cerca de 28% de encargos por parcela.
251100343110 (ICMS/Rec. Judicial)	R$599.734,44	R$ 253.057,95 / R$ 189.793,36 / R$ 156.883,13	84 mensais	2025–2032	Parcelas de 2025 quitadas. Encargos representam até 42% do valor mensal.
241100396429 (ICMS/Fora do Prazo)	R$641.198,59	R$ 304.845,08 / R$ 228.633,80 / R$ 107.719,71	60 mensais	2024–2029	Parcela com vencimento em 31 de dezembro de 2025, próximas ajustadas com acréscimos.
251100182400 (ICMS/Multa e Juros)	R$104.854,42	R$ 0,00 / R$ 91.704,06 / R$ 13.150,36	84 mensais	2025–2032	Parcelas de 2025 quitadas. Parcela padrão de R$ 1.248,27, toda composta por multa e juros. Acordo originado sem imposto principal.

Diagnóstico Operacional

- Os parcelamentos totalizam mais de R$ 4,8 milhões, dos quais mais de metade corresponde a multas e juros — um indicativo de problemas fiscais e aO valor mensal comprometido com passivos tributários ultrapassa R$ 70 mil, pressionando fortemente o fluxo de caixa e dificultando recomposição de capital, renegociação bancária e implementação de novos projetos.
- Até o momento, não há parcelas em atraso, o que mantém a regularidade fiscal e protege a empresa de sanções adicionais, mas as obrigações futuras são pesadas e não permitem margem para atrasos ou renegociações.

Implicações e Riscos

- O alto custo financeiro dos parcelamentos fiscais reduz sensivelmente a competitividade e capacidade de investimento da empresa. A dependência de acordos fiscais prolongados amplia o risco de desequilíbrio operacional caso falte liquidez ou novas autuações surjam.
- As multas e os juros embutidos comprovam necessidade de revisão profunda na escrituração e processos fiscais, além de fortalecer controles internos para evitar reincidência.
- O comprometimento até 2032 faz com que parte relevante da receita futura esteja bloqueada para liquidação de dívidas passadas, comprometendo planejamento estratégico e capacidade de reação frente ao mercado.
- A gestão deste perfil de passivo tributário exige controle rigoroso, disciplina operacional e busca sistemática por redução de encargos, além de transparência fiscal para preservação de reputação junto ao fisco, bancos e parceiros comerciais.

12 Passivo Extraconcursal

Os passivos extraconcursais da empresa correspondem às dívidas e obrigações não sujeitas aos efeitos da recuperação judicial, e representam compromissos essenciais e impeditivos à continuidade operacional, impactando diretamente liquidez e solvência.

Estrutura Detalhada dos Passivos Extraconcursais

Fontes principais (novembro de 2025):

- Bancos nacionais e estrangeiros: Diversos contratos de ACC, FINAME, AF e instrumentos de crédito, incluindo saldos em reais e dólares, em destaque para Banco do Brasil, Caixa, Santander, Itaú, Banrisul, Daycoval, Safra, Sofisa, Luso Brasileiro, Unicred.
- Moeda estrangeira: Grande volume de obrigações em dólares, proveniente de ACCs e instrumentos de financiamento da exportação, elevando risco cambial e pressão sobre caixa em caso de variação do câmbio.
- Cooperativas de crédito: Contratos de longo prazo envolvendo capital de giro e financiamento para operações produtivas e renovação de parque fabril.

Valores principais:

- Total em reais: R$ 5.645.234,98 (principal, destinação comercial, agrícola, industrial, crédito consignado, financiamentos).
- Total em dólares: USD 8.147.679,63 (grande parte em ACC e instrumentos de giro para exportação, sujeitos a oscilações cambiais até 2026).
- Vencimentos: Grande parte das obrigações tem vencimentos que se estendem até 2026 – 2030, com destaque para títulos longos das cooperativas e bancos; parte relevante dos contratos de ACC vencendo ainda em 2025 e outros programas em até 16 meses.

Diagnóstico operacional e financeiro:

- Comprometimento do caixa: Passivos extraconcursais demandam prioridade de pagamento, pois caso inadimplidos, podem gerar bloqueios de contas bancárias, protestos, ações de execução e riscos imediatos à atividade produtiva.
- Risco cambial: A concentração em dívida dolarizada amplia volatilidade das despesas financeiras, podendo dobrar de tamanho em movimentos adversos do câmbio.
- Limitação de renegociação: Diferentemente dos passivos concursais, não são sujeitos a plano ou suspensões do processo de recuperação judicial, o que obriga renegociações pontuais diretamente com cada credor.

Passivo Extraconcursal

Pontos críticos:

- Contas com bancos: Diversos valores em aberto com vencimento imediato (ACC, AF) pressionam capacidade de rolagem e custo do capital.
- Cooperativas e Finame: Financiamentos de parque produtivo exigem amortização regular, com risco de execução em caso de descumprimento contratual.
- Exigibilidade direta: Em caso de inadimplência qualquer credor extraconcursal pode acionar meios judiciais de cobrança sem necessidade de aguardar tramitação da recuperação, aumentando severidade da exposição financeira.

Implicações Estratégicas

A manutenção do pagamento dos passivos extraconcursais é essencial para manter fluxo operacional, preservar acesso ao crédito, evitar bloqueios e garantir suprimentos para continuidade da produção.

O monitoramento intensivo dessas obrigações, com controle de vencimentos e hedge de câmbio, é fator crítico para sucesso e para evitar agravamento do risco de insolvência operacional.

Segue um **quadro detalhado dos passivos extraconcursais**, considerando bancos, cooperativas e dívidas em moeda nacional e estrangeira:

Categoria	Credor / Instrumento	Moeda	Valor	Vencimentos	Risco / Observação
Bancos nacionais	BB, Banrisul, Safra, Daycoval	Real	R$5.645.234	2025–2030	ACC, FINAME, AF, limites de rolagem imediata
Bancos estrangeiros	BB, Santander, Sofisa, Luso	Dólar	USD 8.147.679	2025–2026	Grande exposição cambial e vencimentos curtos
Cooperativas de crédito	Unicred	Real	R$3.316.281	2030	Contratos de giro produtivo e financiamento
Dívida comercial/ACC	Diversos (COMEX, exportação)	Dólar	USD 5.898.985	2025–2026	Exigibilidade direta, risco de protesto

Passivo Extraconcursal

Pontos a Considerar

Pagamentos extraconcursais têm prioridade e não são abarcados pelo plano de recuperação judicial.

- **Risco elevado de execução, bloqueio e protesto em caso de inadimplência.**
- **Dívida relevante em moeda estrangeira eleva volatilidade dos desembolsos.**
- **Amplo comprometimento do caixa e necessidade de controle de vencimentos e câmbio.**

A situação exige disciplina máxima de pagamento e gestão ativa do fluxo financeiro para evitar bloqueios e preservar a continuidade operacional da empresa.

13 Débitos Fiscais

A empresa encontra-se em situação de regularidade formal, amparada por CPEN, embora possua passivo fiscal relevante distribuído entre a Receita Federal e a PGFN, com parcelas vencidas, parcelas parceladas e outras ainda em discussão na esfera administrativa e judicial.

Situação Cadastral e Certidão

A matriz está ativa no CNPJ 82.767.641/0001-30, como sociedade anônima fechada, com CNAE de fabricação de móveis de madeira, e encontra-se em recuperação judicial, o que já indica ambiente de estresse financeiro e necessidade de tratamento especial do passivo fiscal. Há Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida em 20/08/2025, válida até 16/02/2026, o que significa que, embora existam débitos e inscrições, todos os que impactam a certidão estão com exigibilidade suspensa (por parcelamento, discussão ou outra causa).

Na prática, a CPEN permite à empresa manter operações que exigem regularidade (contratos, licitações, crédito), mas essa condição é frágil: qualquer rompimento de parcelamento ou decisão desfavorável sem nova suspensão pode impedir a emissão/renovação. Em contexto de recuperação judicial, isso é especialmente sensível, pois a perda de regularidade fiscal pode travar acesso a crédito e contratos essenciais à recomposição da atividade.

Débitos de ITR com Exigibilidade Suspensa (RFB)

Há cinco lançamentos de ITR (código 1070-02), referentes ao exercício de 2025, todos com vencimento em 28/11/2025, na situação “A ANALISAR – A VENCER”, com exigibilidade suspensa. Os valores individuais são de R$ 48,78 (quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), R$ 370,51 (trezentos e setenta reais e cinquenta e um centavos), R$ 60,81 (sessenta reais e oitenta e um centavos), R$ 23,81 (vinte e três reais e oitenta e um centavos) e R$ 50,18 (cinquenta reais e dezoito centavos), totalizando o saldo devedor de R$ 554,09 (quinhentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos). Sob o aspecto da materialidade, trata-se de um montante pouco relevante em relação ao conjunto do passivo fiscal. Ainda assim, esses lançamentos integram o diagnóstico tributário e podem estar associados a discussões relacionadas ao ITR, como eventuais divergências de declaração, área tributável ou valor da terra nua.

Como se encontram nas condições “a vencer” e “a analisar”, o risco imediato de cobrança é reduzido. Contudo, eventual decisão desfavorável poderá tornar os valores exigíveis e, se somados a outros apontamentos fiscais, poderão influenciar futuras análises para fins de regularidade e emissão de certidões.

Processos Fiscais na Receita Federal (SIEF)

A análise documental aponta dois blocos distintos de processos em trâmite na Receita Federal do Brasil (RFB): processos com exigibilidade suspensa e processos na condição de "devedor – em julgamento de recurso (crédito)".

- **Processo n. 10200.722.723/2022-84:** encontra-se na situação "Suspenso – Revisão de Lançamento", sob análise em unidade de fiscalização, indicando que o lançamento está sendo reavaliado. Nessa fase, existe a possibilidade tanto de confirmação do crédito quanto de sua redução ou eventual cancelamento.
- **Processo n. 10909.004.585/2009-11:** classificado como "Suspenso – Medida Judicial", com prazo de validade da análise até 04/12/2026, estando vinculado ao desfecho de ação judicial. Conforme o resultado do julgamento, o crédito poderá ser mantido, reduzido ou extinto.
- **Processo n. 11516.722.923/2019-41:** encontra-se na situação "Suspenso – Julgamento de Recurso Voluntário" no CARF, o que indica fase recursal mais avançada e relevância para a definição definitiva do crédito tributário.

Além desses, há um conjunto de processos referentes ao exercício de 2018 na condição "Devedor – Em Julgamento de Recurso (Crédito)", em análise pela Seção de Orientação e Análise Tributária da DRF de Joinville/SC, vinculados a chamados "processos de crédito". Nesses casos, trata-se de contencioso em que há crédito constituído contra a empresa, ainda pendente de julgamento, mas que também envolve discussões sobre créditos do próprio contribuinte, como compensações ou restituições. Assim, os desfechos possíveis incluem a manutenção do passivo, sua redução ou até a geração de créditos em favor da empresa.

Sob a ótica de risco, esses processos concentram um grau relevante de incerteza, pois decisões majoritariamente desfavoráveis podem elevar o passivo tributário e converter suspensões atuais em débitos exigíveis. Por outro lado, decisões favoráveis podem contribuir para a compensação de outros débitos ou para a redução da necessidade de desembolso futuro, aspecto especialmente relevante no contexto de recuperação judicial.

Parcelamentos em Atraso na Receita Federal (SIEFPAR)

Há seis parcelamentos com exatamente uma parcela em atraso cada, com valores vencidos de R$ 15.270,40 (quinze mil, duzentos e setenta reais e quarenta centavos), R$ 5.446,42 (cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos), R$ 3.266,37 (três mil, duzentos e sessenta e seis reais e trinta e sete centavos), R$ 7.304,26 (sete mil, trezentos e quatro reais e vinte e seis centavos), R$ 7.326,29 (sete mil, trezentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos) e R$ 46.632,42 (quarenta e seis mil, seiscentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), totalizando R$ 85.246,16 (oitenta e cinco mil, duzentos e quarenta e seis reais e dezesseis centavos) em atraso.

Débitos Fiscais

Parcelamentos com Exigibilidade Suspensa na Receita Federal

Há dois parcelamentos listados com “Valor Suspenso” de R$ 80.556,43 (oitenta mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e quarenta e três centavos) e R$ 11.329,32 (onze mil, trezentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos), ambos do tipo “Simplificado”, totalizando R$ 91.885,75 (noventa e um mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) sob exigibilidade suspensa. Nesses casos, não constam parcelas em atraso, o que indica situação regular dos acordos na data do relatório.

Esses valores correspondem a uma parcela do passivo atualmente estabilizada em cronograma de pagamento e que, no curto prazo, não representa risco imediato para a CPEN, desde que a empresa mantenha o adimplemento das prestações futuras.

Ainda assim, quando analisados em conjunto com os seis parcelamentos que apresentam parcelas em atraso, o cenário evidencia a importância de uma gestão de caixa cuidadosa, a fim de assegurar a manutenção simultânea dos diferentes acordos vigentes.

Inscrições em Dívida Ativa da União (PGFN – SIDA)

O relatório indica a existência de 12 inscrições de débito junto à PGFN, todas com a situação “ATIVA A SER COBRADA”, vinculadas ao mesmo CNPJ e inscritas em 07/11/2025. Os débitos referem-se a contribuições do empregador (código 4156), contribuições para aposentadoria especial (4162), salário-educação (4201), INCRA (4224) e contribuições destinadas ao sistema S — SENAI (4282), SESI (4299) e SEBRAE (4338).

Todas as inscrições classificam a empresa como “Devedor Principal” e estão associadas a dois processos administrativos: n. 10920.725.226/2025-55, que reúne o primeiro bloco de inscrições, e n. 17830.728.878/2025-08, referente ao segundo bloco. Esse agrupamento sugere a consolidação de débitos previdenciários e parafiscais, possivelmente decorrentes de procedimento de fiscalização ou revisão, posteriormente encaminhados à dívida ativa de forma concentrada.

Embora o extrato não apresente os valores individualizados, o fato de se tratar de contribuições sociais, geralmente incidentes sobre folha de pagamento ou faturamento, e de terem sido recentemente inscritas, indica a necessidade de acompanhamento atento. Na ausência de medidas de regularização, esses débitos podem evoluir para cobranças mais intensas, inclusive com ajuizamento de execuções fiscais, especialmente no contexto de recuperação judicial.

Por outro lado, a concentração das inscrições em apenas dois processos pode favorecer estratégias de negociação, como transação ou parcelamento específico. Ao mesmo tempo, essa característica reforça a importância de uma condução cuidadosa, pois eventual desfecho desfavorável em um único processo pode manter parcela relevante do passivo em cobrança ativa.

Interação entre CPEN, Contencioso, Parcelamentos e PGFN

A CPEN vigente é sustentada pela combinação de débitos com exigibilidade suspensa (como ITR e processos no SIEF), parcelamentos em curso — com e sem parcelas em atraso — e débitos já inscritos na PGFN em estágio ativo de cobrança. A regularidade formal decorre da manutenção simultânea dessas condições de suspensão, as quais exigem acompanhamento constante e podem se mostrar sensíveis caso não haja adequada disciplina financeira e processual.

Em uma visão sistêmica, o principal fator de atenção no curto prazo está relacionado à inadimplência nos parcelamentos do SIEFPAR, uma vez que eventuais rescisões podem restabelecer a exigibilidade dos débitos e, de forma encadeada, comprometer a CPEN. Outro vetor relevante refere-se ao desfecho dos processos administrativos e judiciais em curso: decisões desfavoráveis no âmbito do SIEF ou da PGFN podem consolidar créditos de maior monta, enquanto decisões favoráveis representam oportunidade de redução do passivo e de alívio do fluxo de caixa no contexto do plano de recuperação.

Débitos Fiscais

Matriz de Risco Fiscal

Bloco	Situação atual	Risco principal
ITR 2025 (RFB)	5 débitos, total R$ 554,09, “A analisar – a vencer”, exigibilidade suspensa	Baixo valor, risco mais procedimental
Processos SIEF	Processos 2009–2022, parte suspensa, parte “devedor – em julgamento”	Desfechos podem aumentar ou reduzir passivo
Parcelamentos SIEFPAR atraso	6 acordos, 1 parcela em atraso cada, total R$ 85.246,16	Rescisão de parcelamento e perda de CPEN
Parcelamentos SIEFPAR susp.	2 acordos, total suspenso R$ 91.885,75, sem atraso	Manter adimplência
Inscrições PGFN (SIDA)	12 inscrições “Ativa a Ser Cobrada”, contribuições sociais/parafiscais	Cobrança/execução em contexto de RJ
CPEN	Vigente 20/08/2025 a 16/02/2026	Renovação depende de manter suspensões

ITR 2025 – Exigibilidade Suspensa (baixo risco)

- **Risco:** virarem débitos exigíveis após análise, somando-se a outros descumprimentos.

Processos SIEF – Contencioso (risco jurídico relevante)

- **Risco:** decisões desfavoráveis em:
  - → 10909.004.585/2009-11 (medida judicial, análise até 04/12/2026).
  - → 10200.722.723/2022-84 (revisão de lançamento).
  - → 11516.722.923/2019-41 (CARF).
  - → Bloco 2018 “devedor – em julgamento recurso (crédito)” na DRF Joinville/SC.

Débitos Fiscais

Parcelamentos SIEFPAR com Atraso – Risco Alto

- **Situação:** 6 parcelamentos com 1 parcela em atraso cada; total vencido R$ 85.246,16;
- **Risco:** rescisão dos acordos e retorno dos débitos à cobrança integral, afetando CPEN.

Parcelamentos SIEFPAR Suspensos – Risco Médio (dependente de caixa)

- **Situação:** dois parcelamentos, total suspenso R$ 91.885,75, sem atraso.
- **Risco:** virar risco alto se houver atraso futuro.

Inscrições PGFN (SIDA) – Risco Alto de Cobrança

- **Situação:** 12 inscrições ativas, dano concentrado em contribuições previdenciárias e do Sistema S, vinculadas a dois processos (10920.725.226/2025-55 e 17830.728.878/2025-08).
- **Risco:** medidas de cobrança (penhora, bloqueio), especialmente se ainda sem negociação adequada em contexto de RJ.

Inscrições PGFN (SIDA) – Risco Alto de Cobrança

- **Situação:** CPEN válida até 16/02/2026.
- **Risco:** não renovação por inadimplência em SIEFPAR ou mudança de status em processos.

14 Visita Técnica em Dezembro de 2025

Na segunda quinzena de dezembro de 2025, a Administração Judicial realizou visita técnica à Recuperanda, na Matriz localizada em Campo Alegre/SC, oportunidade na qual verificou a operação da fábrica, em especial o imóvel de matrícula n. 18.800 do CRI de São Bento do Sul/SC, objeto de pedido de declaração de essencialidade formulado pela Recuperanda no Evento 493.

A seguir, fotos registradas do imóvel durante a visita:

15 Considerações Finais

No período analisado, correspondente ao mês de novembro de 2025, a Administração Judicial procedeu ao acompanhamento contínuo das atividades da Recuperanda **INDÚSTRIA DE MÓVEIS 3 IRMÃOS S.A.**, em estrito cumprimento ao disposto no art. 22, II, “c”, da Lei n. 11.101 de 2005, com base nas informações operacionais, contábeis, financeiras e fiscais disponibilizadas pela própria empresa, bem como nos dados constantes dos autos.

A análise consolidada dos dados operacionais, financeiros, econômicos e fiscais evidencia que **a Recuperanda se encontra em fase sensível de estabilização**, típica do período pós-homologação do Plano de Recuperação Judicial, ainda marcada por elevado grau de alavancagem financeira, pressão sobre o caixa e forte dependência de capital de giro de terceiros.

Sob o aspecto operacional, observa-se um movimento claro de reorganização produtiva, com a consolidação da unidade de Campo Alegre/SC como polo industrial central de maior valor agregado, enquanto a unidade de Caçador/SC passa a desempenhar papel complementar e mais restrito. A redução do quadro funcional após o pico de junho de 2025, aliada à manutenção de níveis elevados de estoque, indica uma estratégia voltada ao ganho de eficiência e produtividade, buscando produzir mais com uma estrutura mais enxuta.

No tocante aos estoques, embora funcionem como elemento de segurança operacional, sobretudo em ambiente exportador, seu volume e composição — especialmente insumos altamente customizados e vinculados a clientes específicos — representam importante comprometimento de capital de giro e risco econômico, exigindo controle rigoroso, alinhamento com a carteira de pedidos e políticas mais restritivas de aquisição.

Considerações Finais

A estrutura de ativos revela uma empresa intensiva em capital, com parque industrial robusto e significativo montante de créditos fiscais e estoques. Todavia, a estrutura de passivos, fortemente concentrada no curto prazo, aliada a patrimônio líquido negativo, reforça a condição de elevada dependência de financiamento de terceiros, aumentando a vulnerabilidade a oscilações de mercado, variação cambial e custo financeiro.

A análise do resultado econômico (DRE) demonstra que, apesar do faturamento expressivo e majoritariamente externo, o exercício de 2025 permanece com resultado acumulado negativo, ainda que o desempenho positivo observado em novembro indique um sinal relevante de recuperação operacional. Tal melhora, contudo, não é suficiente, por si só, para reverter o prejuízo acumulado do exercício, impondo a necessidade de continuidade dos ajustes estruturais previstos no plano.

No que se refere ao passivo tributário, verifica-se um quadro de elevada relevância financeira, com parcelamentos de ICMS que se estendem até 2032 e significativa participação de multas e juros, o que compromete receitas futuras e reduz a capacidade de investimento. Embora a Recuperanda mantenha, até o momento, a regularidade fiscal formal, amparada por CPEN, tal condição é frágil e depende de disciplina rigorosa no cumprimento dos parcelamentos, bem como de gestão ativa do contencioso administrativo e judicial.

Os passivos extraconcursais, especialmente aqueles vinculados a instituições financeiras e operações em moeda estrangeira, representam um fator crítico de risco, pois não se submetem aos efeitos da recuperação judicial e demandam adimplemento pontual para evitar bloqueios, execuções e interrupções na atividade empresarial.

Diante desse cenário, conclui-se que a Recuperanda mantém atividade operacional relevante e capacidade produtiva instalada, porém ainda enfrenta desafios significativos de liquidez, endividamento e equilíbrio econômico-financeiro. A preservação da empresa e a efetividade do plano de recuperação judicial dependem, de forma decisiva, da gestão rigorosa do fluxo de caixa, do controle de custos, da otimização de estoques, da mitigação dos riscos fiscais e cambiais, e do cumprimento estrito das obrigações extraconcursais e tributárias.

RECUPERE

Instituto de Recuperação
Judicial e Falências

R. Colon, nº 1200 | Bairro Glória | Joinville-SC
recuperemoveistresirmaos@gmail.com